

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A. C. SIMÕES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE
HISTÓRIA

LÍVIA GRAZIELA DE SOUZA LEÃO

**MEMÓRIAS QUE NÃO SERÃO SILENCIADAS: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE
RACISMO, COLONIALISMO E BRANQUITUDE**

Maceió
2023

LÍVIA GRAZIELA DE SOUZA LEÃO

**MEMÓRIAS QUE NÃO SERÃO SILENCIADAS: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE
RACISMO, COLONIALISMO E BRANQUITUDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em História.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Luiz Marques.

Maceió

2023

**Catálogo na Fonte Universidade
Federal de Alagoas Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

L687m Leão, Lívia Graziela de Souza.

Memórias que não serão silenciadas : reflexões teóricas sobre racismo,
colonialismo e branquitude / Lívia Graziela de Souza Leão. – 2023.
47 f. : il.

Orientador: Danilo Luiz Marques.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História : bacharelado)
– Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas,
Comunicação e Artes. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 46-47.

1. Silenciamento. 2. Memória. 3. Branquitude. I. Título.

CDU: 323.14

Folha de Aprovação

LÍVIA GRAZIELA DE SOUZA LEÃO

Memórias que não serão silenciadas: reflexões teóricas sobre racismo, colonialismo e branquitude

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 21 de agosto de 2023.

(Orientador(a) - Dr, Danilo Luiz Marques, UFAL)

Banca examinadora:

(Examinador(a) Externo(a) - Ms, Alycia Eduarda Oliveira da Silva, UFAL)

(Examinador(a) Interno(a) - Esp, José Roberto Santos Lima, UFAL)

Aos antepassados que deram a vida para a
resistência e existência do povo Negro.

AGRADECIMENTOS

Durante a minha graduação pude contar com muitas pessoas que me ajudaram nesse processo. Dentre elas, posso destacar os professores do curso que auxiliaram a minha formação, com destaque o meu orientador, Danilo Luiz Marques, que sem seus direcionamentos esse trabalho não aconteceria.

A todos os meus amigos de graduação, em especial a Karen, Felipe e Pedro Lucas que dividiram comigo essa jornada, trabalhos em grupos, entenderam as minhas dificuldades e me ajudaram a supera-las.

Ao meu irmão mais velho, Gustavo, por ser o maior incentivador da minha vida acadêmica e por me incentivar a dar o meu melhor nesse trabalho. Ao meu irmão Guilherme, pelos diálogos e trocas de vivências. A minha irmã Gabriela, que esteve do meu lado desde muito pequena, apoiando as minhas escolhas e me auxiliando a ser quem eu sou hoje. Crescer com meus irmãos foi como aprendi a ter pensamento crítico.

Ao meu parceiro Lukas, pela sua dedicação e carinho de sempre comigo, me dando suporte emocional durante toda a graduação e na elaboração desse trabalho.

A minha amiga Dayanne, que me incentivou a entrar na universidade e comemora a cada conquista minha.

Também, os meus amigos, especialmente a Priscila, Ingrid e a minha amiga de infância Thayná, que estão comigo ouvindo minhas angústias e me ajudando com as dificuldades que enfrentei para a conclusão desse trabalho.

Sem esquecer o meu pai Afonso, minha mãe Joselma que sempre torceram pela minha felicidade e por incentivarem a minha formação.

“São nações escravizadas
E culturas assassinadas
É a voz que ecoa do tambor
Chega junto, e venha cá
Você também pode lutar
E aprender a respeitar
Porque o povo preto veio revolucionar” (Bia
Ferreira, 2018, p. x).

RESUMO

Esse trabalho tem o intuito de pontuar a problemática do silenciamento negro pautado no racismo e, conseqüentemente, no engrandecimento da branquitude da sociedade brasileira. Ao analisar os nomes dados aos espaços públicos e monumentos históricos para homenagear a elite colonial, além de condecorar o protagonismo branco, também acentua o silenciamento da memória da negritude. Aqui nesse trabalho, procuro salientar as influências implantadas socialmente desde a colonização, motivadas pelo domínio do poder. A metodologia adotada para caracterizar como a narrativa histórica baseia-se no jogo de poder e como isso influencia os direcionamentos do interesse social, é um diálogo com Michel-Rolph Trouillot. Além disso, também segui a problemática do racismo como instrumento do sistema colonialista, descrita por Aimé Césaire em Discurso sobre o colonialismo. A partir daí, podemos concluir que a branquitude usufrui do domínio de poder para assumir o protagonismo e isso faz com que as referências da negritude sejam apagadas da historiografia brasileira.

Palavras-chave: Silenciamento; Memória; Branquitude.

ABSTRACT

This work aims to point out the problem of black silencing based on racism and, consequently, on the aggrandizement of whiteness in Brazilian society. When analyzing the names given to public spaces and historical monuments to honor the colonial elite, in addition to decorating white protagonism, it also accentuates the silencing of the memory of blackness. Here in this work, I seek to highlight the influences implanted socially since colonization, motivated by the dominance of power. The methodology adopted to characterize how the historical narrative is based on the power game and how this influences the directions of social interest, is a dialogue with Michel-rolph Trouillot. In addition, I also followed the problematic of racism as an instrument of the colonialist system, described by Aimé Césaire in *Discourse on Colonialism*. From there, we can conclude that whiteness enjoys the domain of power to assume the protagonism and this causes the references of blackness to be erased from Brazilian historiography.

Keywords: Silencing; Memory; Whiteness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Praça Visconde de Sinimbu.....	26
Figura 2	- Retrato do Deodoro da Fonseca.....	28
Figura 3	- Praça Marechal Deodoro.....	28
Figura 4	- Monumento Marechal Floriano Peixoto.....	30
Figura 5	- Praça Dom Pedro II.....	32
Figura 6	- Memorial da República.....	34
Figura 7	- Praça Ganga Zumba.....	37
Figura 8	- Monumento da Praça Moleque Namorador.....	38
Figura 9	- Monumento da Praça dos Palmares.....	39
Figura 10	- Monumento da Mãe Preta.....	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	SILENCIAMENTO DA NEGRITUDE.....	16
3	MONUMENTOS E A QUEM ELES HOMENAGEIAM.....	25
4	O MOVIMENTO NEGRO EM AÇÃO.....	43
5	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Em meio ao dia do combate a intolerância religiosa, dia 21 de janeiro de 2021, a cidade de Maceió teve o nome de uma das suas praças que homenageava a memória Negra sendo substituída. Sendo incentivado por um vereador eleito, o projeto de lei municipal ataca diretamente o povo negro alagoano comprovando o racismo e o descaso com a população negra que ainda são existentes na sociedade.

Nesse dia 21 de janeiro, o dia de combate à intolerância religiosa se fez passar despercebido pelas autoridades Maceioenses e, além disso, foi marcado por um ataque a negritude. Dandara dos Palmares teve o reconhecimento histórico pela sua trajetória de resistência como uma liderança negra no período colonial do Brasil e foi homenageada em uma praça na cidade. É uma personagem importante para a representatividade do povo negro alagoano.

Apesar disso, a câmara legislativa municipal assentiu o pedido e votou em favor da mudança de nome da praça, mesmo existindo uma lei que proíbe a alteração de nomes de locais públicos já batizados anteriormente e essa modificação seria uma violação desse regulamento.

A Praça Dandara dos Palmares, localizada no bairro da Jatiúca, teve o seu nome oficializado por um decreto da prefeitura municipal de Maceió, do Estado de Alagoas, no dia 12 de maio de 1995, ano do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares. Mas, mesmo assim uma lei de 2019 resultou na substituição do nome da Praça para Nossa senhora da Rosa Mística.

Além disso, perceber que a Praça ser renomeada pontualmente pelo nome "Nossa Senhora da Rosa Mística", que é termo que faz referência direta a cultura europeia/cristã, é entender que a branquitude é hegemônica e que esse fato não foi uma simples coincidência. Sendo assim, o nome passa a ser substituído, pois não acata ao interesse da elite dominante e é trocado por uma nomenclatura que faz parte da sua cultura.

A exclusão da referência à memória negra em patrimônios públicos também pode ser percebida como políticas de apagamento, pois estes movimentos visam o silenciamento do protagonismo negro e, por consequência, da sua representatividade. Ao escolher um nome para condecorar o espaço público, também se escolhe uma história a ser contada. Portanto, contar a história sob uma

só perspectiva, em que se reproduz todo o discurso colonialista, só acentua ainda mais a homogeneidade adotada pela elite.

Dessa forma, pensar em novos debates em torno da representação patrimonial por atos como esse, que retiram a legitimidade de monumentos negros, que são socialmente representativos, se faz imediato à identificação desses monumentos para que se estabeleça um contexto de pertencimento, ressignificação e a apropriação da cultura da negritude alagoana.

2 SILENCIAMENTO DA MEMÓRIA DA NEGRITUDE

Ao refletir sobre a história da sociedade brasileira e em como ela foi reestruturada durante os anos posteriores a abolição da escravidão em 1888, podemos observar como o mesmo modelo de sociedade preestabelecido ainda se mantém, passando por mudanças no pós-abolição¹. De forma que, embora tenham se consolidado entre os séculos XVI e XIX, as estruturas sociais seguem similares ao período escravocrata. Por tanto, uma análise para questões raciais torne-se, ao mesmo passo que relevante, ainda urgente.

A falta de equidade, que diante das estruturas sociais, fazem com que o monopólio dos privilégios seja destinado a branquitude². Isso faz parte do jogo de poder que mantém a sociedade, de forma que, quem tem e detém também esteja em posse da escolha de seguir com esse privilégio. Assim, faz-se necessária a luta antirracista, isto é movimentar-se contra as estruturas de poder que afrontam a resistência da negritude. Parte dessa resistência está na evidência aos personagens populares da história, que lutaram para conquistar os seus direitos ainda no período escravista.

Denunciar os privilégios brancos, que deixaram marcas não só físicas como também históricas na população negra, é também romper com esse pacto racista. Apontar o racismo como aspecto principal para uma sociedade não igualitária e, além disso, tratar a luta antirracista pauta primordial em comum, e não só de quem é vítima do racismo, é ser consciente de que povo negro é sujeito da sua própria história.

“no Brasil, tanto negros como brancos naturalizaram o fato de que a maior parte dos moradores das periferias urbanas é de negros e a dos bairros centrais é de brancos, que alunos e professores em universidades públicas são brancos e faxineiros são negros, que nos restaurantes aqueles que estão sendo servidos são brancos e aqueles que servem são negros. Toda esta divisão racial do trabalho e dos espaços sociais é naturalizada de tal forma, que tanto brancos como negros brasileiros raramente se espantam

¹ O pós-abolição é momento que sucede o fim legal da abolição da escravatura durante o ano 1888.

² A branquitude, construída durante o colonialismo e se mantém até a contemporaneidade, é uma posição sistemática de privilégios dentro da sociedade. Isso se dá através das relações de poder, que possibilitam que essas estruturas se mantenham consciente ou inconscientemente, fomentando a desigualdade racial.

com essa realidade. Em outras palavras podemos pensar esta realidade racial como verdadeiro habitus, que constrói um país segregado racialmente e que nem mesmo é percebida como tal. Dessa forma podemos pensar a branquitude como um dispositivo que produz desigualdades profundas entre brancos e não brancos no Brasil em nossos valores estéticos e em outras condições cotidianas de vida, em que os sujeitos brancos exercem posições de poder sem tomar consciência desses habitus racista que perpassa toda nossa sociedade."³

Falar sobre privilégio da branquitude é entender que aspectos estéticos são utilizados de forma imediata, partindo do valor social, a fim de subjugar direitos. Apesar de a etnia não influenciar na capacidade de desempenhar ofícios, no contexto da colonização, determina diretamente em como se é explorado mais só por ser identificado como negro.

Posto isso, entende-se que as posições que são ocupadas dentro da sociedade passam por um molde preestabelecido e que se espera que seja seguido. Dessa forma, as pessoas que ocupam posições de destaque ou de relevância social se conclui, no imaginário, que ela seja uma pessoa branca.

De forma geral, esse paradigma não foi quebrado, pelo contrário, ele segue sendo repetido implicitamente no cotidiano social. Quando isso segue sendo perpetuado, mesmo que de forma velada, não rompe as perspectivas impostas pela branquitude estrutural.

Na fala da Historiadora Ynaê Lopes dos Santos, durante uma mesa de encerramento do 12º Encontro Nacional de História e o 1º encontro Internacional de História da UFAL “Genocídios na História: passados, Presentes, futuros”, ela pontua:

YS: Quem controla o passado, de certa forma, também controla o presente e projeta o futuro. Então o controle do passado não é só uma disputa de percepções e de interpretações são projetos de poder que estão em jogo. É... Apostar no passado que referencia figuras específicas, narrativas específicas e que silencia sistematicamente a participação da população negra e da população indígena. É referendar, é escolher todo momento um país racista e a única forma de mudar isso é se engajando numa luta

³ SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e o poder da construção da branquitude paulistana / Lia Vainer SCHUCMAN; orientadora Leny Sato. São Paulo, 2012. P28-9

antirracista.⁴

Posto isso, quem tem posse do poder e escolhe por continuar com ele, mesmo que para isso ele precise seguir mantendo como subalternos um grupo que majoritariamente foi oprimido, contribui para a continuação de um país racista. Assim como defende a Historiadora Ynaê Lopes, se opor a essas estruturas de poder é indispensável para se construir uma sociedade que valide as participações da população negra dentro da historiografia.

Os colonizadores que constantemente invisibilizaram e desumanizaram a cultura, os costumes e as crenças dos africanos desde que foram trazidos ao Brasil, colocam o colono como agente do silenciamento da negritude. Aqui, os colonizados foram obrigados a assumirem novas vidas, sendo proibidos de falar a sua língua materna, de cultuar sua fé e até sendo batizados com novos nomes. Dessa forma, observa-se que o silenciamento da negritude foi decorrência do processo da colonização.

O silenciamento da negritude é a descaracterização praticada pelo colonizador, para invalidar os costumes das pessoas que foram trazidas ao Brasil para serem escravizadas, as fazendo perderem qualquer tipo de vínculo com o seu país de origem. De forma geral, a prática do colonizador foi utilizada para coagir a população negra com medidas psicológicas e castigos físicos, caso fossem executadas.

Todo esse processo fez parte da tentativa de descaracterização e marginalização da história da negritude. Demonizar o culto aos santos, as palavras que derivam da língua africana e até os penteados nos cabelos é consequência à estrutura do sistema racista que foi iniciado durante a colonização e segue sendo reforçado atualmente.

“A cultura, que é arrancada do passado para ser exibida em todo o seu esplendor, não é a de seu país. O colonialismo, que não graduou seus esforços, nunca cessou de afirmar que o negro é um selvagem, e o negro para ele não era nem angolense nem nigeriano. Falava do negro. Para o colonialismo, este vasto continente era uma toca de selvagens, uma

⁴ EPISTEMICÍDIO e o silenciamento do passado: combatendo o racismo historiográfico: Mesa de Encerramento do 12º Encontro Nacional de História e 1º Encontro Internacional de História da UFAL - "Genocídios na História: passados, presentes, futuros".. [S. I.], 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wMnwQpuUMEU&list=PL0WdIH5sYp1O67MTLt3rKOVJpr0TC6dli>. Acesso em: 14 out. 2022.

região infestada de superstições e fanatismo, fadada ao desprezo, atingida pela maldição de Deus, terra de antropófagos, terra de negros. A condenação do colonialismo é continental."⁵

Assim como afirma Frantz Fanon, a demonização da negritude teve início na colonização e colocou em pauta um julgamento que condenou todo o continente africano. Justamente por afirmar que os seus valores e suas crenças eram superiores, a branquitude inferioriza a cultura africana com o fundamento em sua própria religião. A maldição e profanação do povo negro são os principais argumentos utilizados pelos colonizadores para colocar a vivência da negritude em detrimento da sua.

A construção da narrativa histórica é sempre contada pela perspectiva dos grandes personagens, a quem o poder pertence. Pelo aspecto construtivista ou positivista, a narrativa da História se mantém sendo contada dentro do cenário do dominador do poder. Essas narrativas influenciam diretamente na forma em que se engrandecem as personalidades históricas que ajudaram a construir a exploração de uma etnia.

Entretanto, os processos da colonização deixam evidentes as situações em que a negritude foi submetida para que se fosse extraído a força de trabalho. A conjuntura em que a população negra foi exposta tendo seus corpos violados, sua cultura afanada, e ainda exercendo um trabalho forçado, em que além da escravização dos corpos adultos, as crianças também eram obrigadas a trabalhar, isso os mantinham em posição desumana.

Simultaneamente a isso, a elite branca colonizadora coagia e marginalizava para conquistar riqueza. Enquanto concentrava os lucros e os privilégios na bolha burguesa, seus filhos eram poupados do trabalho, usufruindo das regalias da elite e enquanto crescidos adquiriam grandes cargos políticos, dessa forma mantinham a homogeneidade da branquitude no poder.

Apesar do modelo de História que é amplamente difundido e normalizado dentro da sociedade é ter como agentes principais os colonizadores europeus, deve-se frisar que eles não foram à parte central e nem tão pouco os mocinhos. Contudo, eles foram personagens que detinham o poder, e com isso teve a prática exploradora sobre outras etnias que não tinham posse dessa influência.

⁵ FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968. v. 42. p.176.

Além disso, é importante manter-se contrário às estruturas de poder as quais implica diretamente em apontar para quem detém os privilégios e para pontuar as relações de poder dentro do aspecto social, visando destacar de que forma age a submissão social. Assim como descreve Michel Troiullot em “Silenciando o Passado⁶”, em como as relações de poder são diferentes para quem detém o poder e como é para quem é explorado por quem usufruem dele.

A prática da História, sendo positivista ou construtivista, reforçam modelos de estruturas sociais que se preocupam em contar fatos mais do que propriamente relacioná-los com os contratempos advindos dessa conjuntura dentro da realidade. Para além de construir uma existência histórica baseada em mocinhos e vilões, a narrativa historiográfica é feita a partir do processo social.

A colonização é peça fundamental dentro do processo social. O ato da invasão, da dominação de terras, da escravização de corpos e da destruição de culturas pelo benefício do colonizador, trás vantagens e privilégios que perduram até a atualidade. Dentro desses informes, se percebe que a sociedade baseada na supremacia do colonizador e na decadência do colonizado.

Permanecendo nesse modelo, vivenciamos processos que invisibilizam qualquer influência que advenha do colonizado. Pois, ao considerar que as melhores ações aconteçam a partir do colonizador, elas passam a ser levada a verdade absoluta, mesmo sendo o mínimo.

“ninguém coloniza inocentemente, que ninguém coloniza imponente; que uma nação colonizadora uma civilização que justifica a colonização- portanto a força- já é uma civilização doente, uma civilização moralmente atingida que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação e negação, chama seu Hitler, quero dizer, seu castigo.”⁷

De fato, o colonizador buscou algo no colonizado, seja com interesse nas riquezas naturais ou escravização dos civis, o empenho foi intencionado para o crescimento de status e, conseqüentemente, financeiro do país do colonizador. A relação de submissão e dominação tornaram o homem colonizador em necessário e

⁶ TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da história / Michel-Rolph Trouillot; tradução de Sebastião Nascimento. – Curitiba: huya, 2016. p272

⁷ ALBUQUERQUE, Wlamyra R.de. O Jogo da Dissimulação: abolição e a cidadania negra no Brasil; Wlamyra R. de Albuquerque - São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.21.

o colonizado em instrumento.

Para o colonizador, foi necessária a opressão, o estupro, a intimidação e a imposição cultural. Portanto, reverenciar os atos dos colonizadores através do engrandecimento de seus feitos ou como forma de gratidão é não entender a barbárie que o colonizado foi submetido. A negação das complicações causadas pela colonização também é influência do colonizador, pois foi instruído por eles reconhecer que tudo que foi submetido fez parte da salvação.

Diante disso, compreende-se que a influência e o poder colaboraram diretamente para que tenhamos uma relação de soberania da branquitude e que, de fato, as relações políticas e o status deram assessoramento em desfavor da negritude cometida pelos colonizadores.

"o negro jamais foi tão negro como a partir do instante em que esteve sob o domínio do branco, quando resolve dar testemunho de cultura, fazer obra de cultura, percebe que a história lhe impõe um terreno determinado, que a história lhe indica um caminho preciso e que lhe cumpre manifestar uma cultura Negra"⁸

A partir do momento em que se estabelece a invasão do colonizador europeu no país do colonizado, a superioridade da branquitude passa a ser imposta ao negro. De fato, o conceito do corpo negro passa a existir sob o olhar do colonizador e do julgamento do sistema criado por ele. Diante disso, a negritude passa a se sujeitar à sua própria cultura, sendo coagida a ser defensora de sua própria causa.

No país em que se impera o racismo, o corpo negro é resistência. Se perceber enquanto negro dentro da sociedade é precisar entender que o racismo exercido sob o seu corpo tem uma causa e, por isso, praticar a sua cultura é um ato de rebeldia.

A relação do poder do europeu e, por tanto, a disponibilidade de recursos fez com que tivessem a escolha de utilizar-se de outros países para benefícios próprios.

"De fato, nem todos os negros que testemunharam a escravidão acreditavam que esse seria um legado cujo fardo teriam, eles e seus filhos, que carregar para sempre. Ao longo de meio século após a Abolição, a escravidão tampouco foi um tema de relevo entre os historiadores brancos,

⁸ FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968. v. 42. p176.

ainda que por razões distintas. A historiografia estadunidense, por razões talvez não muito distintas daquelas que marcaram sua equivalente brasileira, produziu seus próprios silêncios a respeito da escravidão afro-americana. No início do século XX, havia negros e brancos na América do Norte que discutiam sobre a relevância analítica e simbólica da escravidão para o presente em que viviam. Tais debates indicam que a relevância histórica não deriva diretamente do impacto original de um evento, do modo original como foi registrado ou mesmo da continuidade desse registro.”⁹

Assim com escreve Trouillot nesse trecho, pontuar que a escravidão fez parte da construção social, mas que ela não foi à única causa é de extrema importância para compreensão da atual conjuntura. Apesar disso, o impacto dessa prática teve consequências que perduram até hoje, mesmo que a abolição tenha ocorrido no século XIX.

Durante o processo do Pós-abolição no Brasil, o país passou por um processo de desenvolvimento urbano. Isso se deu em consequência das pessoas negras, que eram escravizadas, terem que deixar o local em que eram mantidos por seus senhores. Com isso, passaram a buscar por novos trabalhos e moradia independentes. As buscas por moradia e trabalho minimamente remunerados fizeram com que as condições de existência desses escravizados, agora livres, fossem submetidas à privação do que pertencia a elite.

A desconformidade da elite com a suposta perda de privilégios mostra que a maior parte do incomodo estava diretamente ligada ao jogo de poder. Com a libertação dos escravizados, a elite foi submetida ao detrimento da posse dos escravizados, ou melhor, as suas posses de maior lucro.

"Afim, o fim da escravidão não representou apenas a perda de propriedade, mas das referências fundamentais da constituição da identidade dos proprietários de terras e de escravos. A certeza que o mundo social não podia mas ser definido pela oposição entre os senhores e escravos comprometia vínculos pessoais e referências de autoridade - não só relações de trabalho. Não eram apenas os trabalhadores que os proprietários perdiam, mas a sua própria posição hierárquica estava em jogo. Um certo desespero deve mesmo ter sido partilhado por proprietários já empobrecidos, mas ainda dispostos a resguardar a posição senhorial.

⁹ Trouillot, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da história / Michel-Rolph Trouillot; tradução de Sebastião Nascimento. – Curitiba: huya, 2016. 272p. p.47.

Ver-se destituído desse lugar subvertia toda a lógica que balizava a arquitetura social desde os tempos coloniais. Desse modo, enquanto comemorava-se a abolição estiveram em suspensão regras importantes no jogo de poder entre brancos senhores/negros subalternos." ¹⁰

Sendo assim, a consequência do fim da escravidão não só acabou com a relação entre senhores de terra para os seus escravizados, mas também mudou a posição de poder ocupada por esses senhores dentro da sociedade. Com essa mudança, os escravistas passaram a não ter autoridade sob o corpo negro, assim tratando como ameaça.

Por tanto, entender que de fato a escravidão trouxe consequências para os escravizados mesmo após libertos e também para os seus descendentes é compreender que o revés não chegou ao fim mesmo com a abolição. Ao passo que é importante identificar que o africano e/ou seus descendentes tenham feito parte efetiva do processo da composição social do país, embora só seja atribuído a ele o fragmento histórico da escravidão.

Além disso, revisitar o passado constantemente e não permitir que ele seja deixado de lado dentro da história social, é resistir. Manter-se contrário a escolha de evidenciar como história central a europeia, é ser contrário também as estruturas de poder, na qual privilegia uma parcela da sociedade em que majoritariamente dominou o processo da construção da hegemonia.

“O poder é constitutivo da história. Rastrear o poder por meio de diversos “momentos” ajuda simplesmente a enfatizar o caráter fundamentalmente processual da produção histórica, insistindo sempre que aquilo que a história é importa menos que o modo como ela funciona; que o próprio poder trabalha em conjunto com a história; e que as preferências políticas mantidas pelos historiadores têm pouca influência sobre a maioria das práticas efetivas de poder.”¹¹

A construção da narrativa histórica advém do poder, pois o seguimento da narrativa histórica é contado pela perspectiva de quem ele pertence. A sistematização de como se desenvolve o poder dentro do aspecto social é o que

¹⁰ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. O Jogo da Dissimulação: abolição e a cidadania negra no Brasil; Wlamyra R. de Albuquerque - São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.125-6

¹¹ TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da história / Michel-Rolph Trouillot; tradução de Sebastião Nascimento. – Curitiba: huya, 2016. 272p. p.61.

orienta em qual posição a história seguirá. Por tanto, quem tem posse do poder também determina as consequências dele dentro da sociedade.

De toda forma, apesar da academia reforçar a participação de outros povos dentro do desenvolvimento histórico e social, assim como os europeus são considerados agentes principais dessa narrativa, o que permanece sendo difundido dentro da conjuntura social é derivado do que conquistou com a dominação do poder.

Usufruir dos personagens que se utilizaram do poder para dominar ou para construir uma narrativa pautada na subjugação, com o fim descrever a história brasileira é escolher sempre a falta de equidade no corpo social. Isso representa de forma simbólica em monumentos Históricos exibidos em espaços públicos, numa forma de agraciar essa elite.

A memória que se constitui a partir da construção e exibição das estátuas de escravistas dá continuidade a uma época que causou danos a uma população não branca que foi trazida para o Brasil para ser submetida e subjugada. Consequentemente, referendar esses personagens que participaram ativamente desse passado minimiza e normaliza seus atos.

De fato, constatar este revés é perceber que a História brasileira precisa ser desvinculada do protagonismo da elite, do homem branco ou, ainda, do escravocrata. A História que escolheram contar silencia e inferioriza as pessoas não brancas pelo sistema de poder. Por isso, não é o bastante apenas entender a história, mas sim se reafirmar contra esse movimento diariamente, o que constitui a luta antirracista.

Dentro do aspecto racial as oportunidades oferecidas não são igualitárias. Os direitos servidos a população negra não os fazem sair do lugar de marginalização que os foram colocados pela estrutura racista. A causa histórica influencia diretamente no nível de poder e no valor cultural que vai pertencer, segregando assim quem são os povos de maior valor dentro da sociedade.

Inquestionavelmente, engajar-se contra o racismo sistêmico, opressão estrutural e a marginalização dos corpos negros é responsabilidade da nossa sociedade. Com a colonização forçada, o Brasil cresceu com o suor e o sangue da negritude, reconhecer esse fato não vai extinguir o acontecido, porém legitimar a sua participação no processo histórico.

3 MONUMENTOS E A QUEM ELES HOMENAGEIAM

Durante o pós-abolição, com a branquitude em domínio do poder, eles passam de fato a homenagear as pessoas que contribuíram para colocar esse domínio em prática e em Alagoas, mais especificamente na cidade de Maceió, o caso não foi diferente. A partir disso, os monumentos históricos da elite branca foram expostos em praças públicas para que fossem socialmente aceitos, e conseqüentemente depreciando a memória da negritude.

Fazendo um paralelo, o mapeamento dos monumentos que levam nomes de pessoas que fizeram parte da grande elite, constitui-se a Praça Sinimbu. A praça leva o nome do Visconde de Sinimbu após uma estátua ser colocada para homenagear o mesmo. Ela foi encomendada pelo então prefeito Euclides Malta e de início não tinha lugar específico para ser colocada¹². A praça não tem registro da inauguração, pelo fato do estado político do momento, que durante a transição do ano 1911 para o 1912, o atual governador da época e quem encomendou a estátua precisou evadir-se do Palácio dos Martírios¹³.

A Praça Sinimbu passou por alguns processos até ter a conclusão desse nome. De acordo com o site História de Alagoas, a Praça foi reformada em agosto de 1911 quando a estátua do Visconde de Sinimbu foi encomendada¹⁴. Mas, quando Euclides Malta foi afastado do poder, a Praça foi rebatizada de Clodoaldo da Fonseca pelo capitão do exército Pedro Cabral. Já Clodoaldo da Fonseca, que foi eleito governador em 1912, foi contra a homenagem e também não aceitou o Decreto de restauração para o nome de Euclides Malta. Então, foi concluído que só se concederia homenagens como essas “aos cidadãos notáveis e já falecidos”¹⁵. Foi quando puseram a estátua encomendada de Visconde de Sinimbu, que estava na Praça do Mercado.

¹² TICIANELI, Edberto. Praça Visconde de Sinimbu, antigo ponto de travessia do Riacho Maceió. [S. l.], 25 jun. 1918. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/praca-visconde-de-sinimbu-antigo-ponto-de-travessia-do-riacho-maceio.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

¹³ Ibidem.

¹⁴ TICIANELI, Edberto. Praça Visconde de Sinimbu, antigo ponto de travessia do Riacho Maceió. [S. l.], 25 jun. 1918. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/praca-visconde-de-sinimbu-antigo-ponto-de-travessia-do-riacho-maceio.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

¹⁵ Ibidem.

Figura 1 - Praça Visconde de Sinimbu, Centro de Maceió.



Fonte: autoral (2023)

“Cansação de Sinimbu, fazendeiro de Alagoas, autor da frase “a escravidão é conveniente”, tornou-se nome importante do governo imperial em 1878 ao assumir o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e virar presidente do Conselho de Ministros. Via “a escravidão na linha dos braços que faltariam a lavoura, problema econômico, nada a ver com cidadania” (ALONSO, 2013: p.121). Foi um dos responsáveis pela aprovação da Lei de Locação de Serviços, em 1879, a qual regulava o trabalho livre em “modelo vizinho a servidão”. Maria Lúcia Lamounier entende que essa lei tinha como finalidade a regulamentação jurídica dos contratos de serviços que já se faziam presentes na sociedade escravista brasileira de fins do século XIX (LAMOUNIER, 1986: p.101-125). A lei previa que os trabalhadores que não cumprissem com suas obrigações seriam presos e obrigados a voltar ao trabalho depois do cumprimento da sentença. Para a camada proprietária, os contratos de locação de serviços representaram custeadas pelos próprios trabalhadores escravizados” (ARIZA, 2015: p.65-83). Assim, tal medida estava intimamente associada ao universo da escravidão e sua manutenção. “uma saída cruelmente eficaz para a extensão dos nós da escravidão “e para a consolidação de emancipações indenizatórias,”¹⁶

¹⁶ MARQUES, Danilo Luiz. Sob a "Sombra" de Palmares: escravidão e resistência no século XIX. São Paulo: E-Manuscrito, 2020, p. 155.

Este trecho do autor Danilo Luiz Marques retirado da obra “Sob a Sombra de Palmares” ressalta as ideias escravocratas seguidos pelos políticos da época e que hoje são condecorados.

Cansação de Sinimbu, que era o único com o título de Visconde de Alagoas, foi um político Brasileiro que exerceu cargo de presidente das províncias de Alagoas durante o século XIX. Com o posicionamento político conservador, ele era monarquista e anti-abolicionista.

De fato, a inserção do monumento de Visconde de Sinimbu é maneira significativa de instituir socialmente a ideologia em que ele defendia. Além de ser um político monarca, Visconde de Sinimbu era abertamente a favor da escravização dos corpos negros em favor do lucro gerado por eles.

Dentro do mesmo conceito, não poderia deixar de incluir a Praça Marechal Deodoro e o monumento que carrega o nome do militar. O Marechal Deodoro da Fonseca foi o primeiro Presidente da República do Brasil, que assumiu o posto após o país sair da crise política do regime monárquico, e por essa questão o mesmo ganhou o título de “herói” por ter acabado com a monarquia do país.

Inserido no novo regime, o Brasil elegeu Marechal Deodoro para governar o país e também o escolheu como símbolo dessa mudança. De acordo com o Site História de Alagoas, escritor Leôncio Correia publicou um artigo nos Jornais em 1908 de forma que cobrava que uma homenagem fosse feita ao Marechal e já no mês seguinte, o então governador da época, Euclides Malta encomendou uma estátua para ser posta na Praça que levava o mesmo nome, o que fez se tornar uma das principais atrações de Maceió durante aquele período ¹⁷. O monumento foi instalado na Praça Deodoro e inaugurada em 3 de maio de 1910. Quem executou a obra foi Rosalvo Ribeiro, que teve como inspiração o quadro de Henrique Bernadelli. A reorganização da praça também foi planejada pelo autor da estátua.

¹⁷ TICIANELI, Edberto. Praça Visconde de Sinimbu, antigo ponto de travessia do Riacho Maceió. [S. l.], 25 jun. 1918. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/praca-visconde-de-sinimbu-antigo-ponto-de-travessia-do-riacho-maceio.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

Figura 2 - Retrato do Deodoro da Fonseca, pintura de Henrique Bernardelli.



Fonte: Henrique_Bernardelli_-_Retrato_do_General_Deodoro_da_Fonseca

Figura 3 - Praça Deodoro, Centro de Maceió.



Fonte: autoral (2023)

No início do século XX, foi adicionada ao monumento em memória do centenário do nascimento de Marechal Deodoro uma placa, feita com o mesmo material da estátua, no qual estava escrito:

“Foi comemorado nesta cidade de Maceió o centenário de nascimento do marechal Deodoro da Fonseca no dia 5 de agosto de 1927, por iniciativa do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano, sendo esta placa apposta pela Prefeitura Municipal.”

Em seguida, foi acrescentado também dois medalhões sobre a morte, em 5 de agosto de 1827, e o nascimento do Marechal Deodoro, no dia 23 de agosto de 1892.

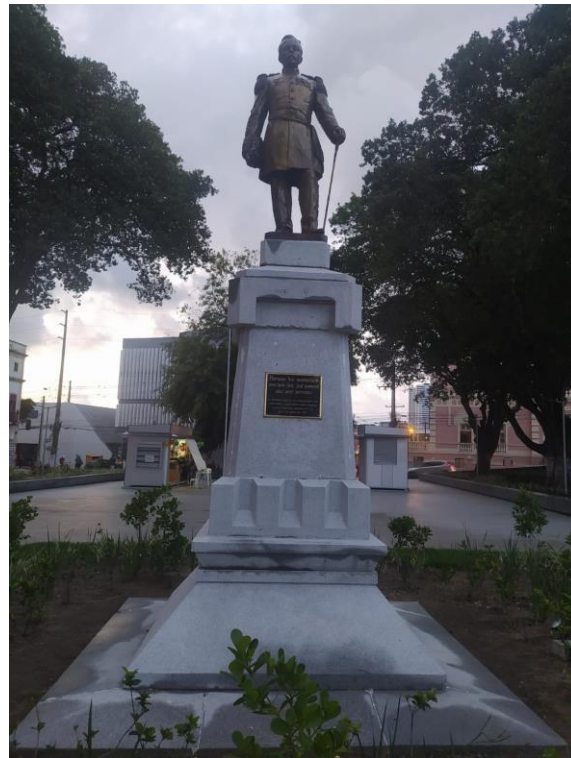
Contudo, apesar de utilizar o site História de Alagoas como uma das principais fontes para a pesquisa dos surgimentos e desenvolvimento dos monumentos, é importante salientar que o tipo de metodologia pertencente a esta fonte é de um viés positivista e por vezes condecora a narrativa da História oficial.

A posição em que a estátua foi executada vai além de uma homenagem ao Marechal. Tendo em vista que ele é militar, a posição atribuída a ele é de impor uma superioridade e autoridade. Sendo esculpido em cima do cavalo, segurando um chapéu de Marechal em uma das mãos e exibindo medalhas militares, trás a percepção do poder e da valentia inquestionável perante a sociedade. Também, o local em que foi colocada impõe, no centro da cidade, que se esqueça do que ele fez e que sempre haja um sentimento de gratidão.

Similarmente, já se tratando da Praça dos Martírios, existe uma estátua do Marechal Floriano Peixoto e que também foi encomendada para ser colocada no local. Em 1907 Euclides Malta, quando retornou ao Governo do Estado, encomendou o monumento de forma que a Secretaria do Estado dos Negócios do Interior publicou no Jornal Gutemberg, no dia 25 de agosto de 1907, as exigências onde a estátua teria que estar na Praça dos Martírios, que fosse um trabalho original e que os materiais fossem em Bronze e granito¹⁸.

¹⁸ TICIANELI, Edberto. Praça Deodoro e os monumentos em homenagem ao marechal alagoano. [S. l.], 2 jun. 2017. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/praca-deodoro-e-os-monumentos-em-homenagem-ao-marechal-alagoano.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

Figura 4 – Marechal Floriano Peixoto, Centro.



Fonte: autoral (2023)

Esta estátua foi feita em uma posição descrita pelo autor da obra como “calma e energética apoiando a mão esquerda em uma espada e a direita em seu chapéu de Marechal”, foi posicionada no alto causando o ar de imponência e soberania. A obra foi feita pelo artista Lorenzo Petrucci e em maio de 1907 iniciaram as obras na Praça para a recepção da escultura. Mas a inauguração do monumento só foi executada do dia 11 de junho de 1908, sendo levado pelas forças federais e estaduais para a realização da cerimônia¹⁹.

A pesar do que descreve o autor, o monumento de Floriano Peixoto, o retrata com feições imponentes, vestimentas militares e posição de autoridade. A praça dos mártires, além do monumento de Floriano Peixoto, também tem um o palácio do governo e bandeiras dos estados brasileiros respostas, todo esse conjunto faz com que a praça demonstre o conjunto de poder em elementos pertencentes à elite alagoana.

¹⁹ TICIANELI, Edberto. Praça Deodoro e os monumentos em homenagem ao marechal alagoano. [S. l.], 2 jun. 2017. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/praca-deodoro-e-os-monumentos-em-homenagem-ao-marechal-alagoano.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

Não podendo deixar de citar a Praça Dom Pedro II, que desde antes da emancipação de Alagoas, ela fez parte da história do estado. De acordo com o site História de Alagoas, a Cidade de Maceió se desenvolveu no entorno de onde hoje se localiza a praça, tendo várias modificações durante os séculos, a princípio, no ano de 1708, sendo um engenho e uma capela e hoje não restando nenhuma dessas construções.

No fim do século XVIII e início do XIX, onde hoje é o entorno da Praça Dom Pedro II, existiu um povoado. Esse povoado futuramente viraria a cidade de Maceió. Na época, a elite alagoana ajudou no processo do desenvolvimento do que hoje é a capital do estado, por interesse em torná-la uma cidade a parte da vila das Alagoas.

Em 5 de dezembro de 1815, Maceió se desvincula da Vila das Alagoas, onde atualmente fica Marechal Deodoro, por causa do desenvolvimento do núcleo urbano e torna-se a Vila de Maceió. Após a emancipação política de Alagoas, em 1817, houve a proposta do governo estadual de se estabelecer na Vila de Maceió, porém a causa da disputa com a antiga Vila de Alagoas, que nessa época já era chamada Vila de Santa Maria Madalena, Maceió só foi sede do governo do Estado em 16 de Dezembro de 1839²⁰.

Durante a segunda metade do século XIX, o governador de Alagoas José Bento da Cunha, divulgou que a Praça receberia um monumento em homenagem a Dom Pedro II. A estátua foi inaugurada em 31 de dezembro de 1861 e possibilitou a definição do nome atual da Praça. Ainda, em 1870 foi construído o chafariz, também pelo pedido do Governador de Alagoas, José Bento da Cunha, atentando-se ao detalhe de que nessa época a água da cidade era vendida²¹.

²⁰ TICIANELI, Edberto. Praça Deodoro e os monumentos em homenagem ao marechal alagoano. [S. l.], 2 jun. 2017. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/praca-deodoro-e-os-monumentos-em-homenagem-ao-marechal-alagoano.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

²¹ TICIANELI, Edberto. História da Praça D. Pedro II. Maceió, 10 jul. 2015. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-da-praca-d-pedro-ii.html>. Acesso em: 3 jun. 2022.

Figura 5: Praça Dom Pedro II, Centro de Maceió.



Fonte: autoral (2023)

O monumento instalado na Praça, e que ainda hoje permanece no mesmo local, é um busto de Dom Pedro II em que aparece vestido com a roupa imperial, erguido por uma extensão de mármore branco e cercado por grades baixas. Na base do busto contém um símbolo que pertencia à bandeira do Brasil durante a Monarquia, representando o símbolo da corte portuguesa.

Dentro dessa perspectiva, o desenvolvimento da Cidade de Maceió se deu a partir do que atualmente é o bairro do Centro. Assim como a Praça de Dom Pedro II, outro local considerado vital no avanço da Cidade foi a Rua do Comércio. O autor do livro “Maceió de Outrora”, Felix Lima Junior, cita que o desenvolvimento dado à cidade partiu de onde hoje é a rua do comércio e que em 1816 a rua tinha o mesmo seguimento da atual²². Hoje, o mercado traz trabalhadores e trabalhadoras para região, proporcionando o desenvolvimento da cidade a partir da sua força de trabalho.

A maioria dos monumentos que homenageiam a elite alagoana está localizada no centro da cidade de Maceió, onde se tem o maior fluxo de moradores

²² JUNIOR , Felix Lima. **Maceió de Outrora**. [S. l.]: Graciliano Ramos, 2014. v. 1. p.155.

de todos os pontos da cidade. A maior parte dessas pessoas moram nas periferias, e por consequência do racismo sistêmico, eles são negros. No dia a dia, pessoas que frequentam o centro de Maceió, a maior parte a trabalho, são obrigados a conviver com monumentos de pessoas que defendiam o trabalho escravo.

Por conseguinte, também sobre de monumentos que homenageiam Marechais podemos acrescentar o Memorial da República²³. O mais recente entre todos, ele foi inaugurado em 15 de novembro de 2005 e faz menção aos dois Marechais alagoanos Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. O responsável foi o arquiteto alagoano Alex Barbosa, com o projeto de arquitetura moderna e foi construído numa posição em que privilegia os turistas que quando visitam a Cidade de Maceió permanecem na faixa das praias, na parte baixa da cidade.

Entretanto, pela maior parte da periferia estar localizada na parte alta da cidade de Maceió, os turistas que veem a cidade não presenciam a realidade do povo maceioense. A elite consegue mascarar a desigualdade brusca que se mantém na cidade, mantendo a elite que a visita na parte baixa.

O memorial, que teve investimento do Governo de Alagoas, além de ter vista ampla para o mar, tem 27 mastros de bandeiras de todos os estados brasileiros, acervo do Museu da República que fica permanentemente exposto no local e as estátuas em bronze dos dois Marechais alagoanos que são exibidas na parte mais alta da estrutura.

²³ RODRIGUES, Elaine. Memorial à República é inaugurado em Maceió. [S. l.], 15 nov. 2005. Disponível em: <https://www.alagoas24horas.com.br/831344/memorial-a-republica-e-inaugurado-em-maceio/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

Figura 6- Memorial da República, Jaraguá.



Fonte: autoral (2023)

Os sites em que foram retiradas as histórias dos monumentos aqui citados, com relevância a História de Alagoas, privilegia uma perspectiva que é contada pela parte privilegiada da História, com o foco em ressaltar os grandes heróis e eles são necessariamente parte da elite brasileira. Quando se é incluído a memória e a cultura negra dentro desse ponto de vista, na maior parte das vezes, é incluído como papel de coadjuvante. Assumir que a negritude tem o mesmo mérito e relevância no aspecto histórico e, além de serem donos da sua própria narrativa, é também participante ativo da memória da história do Brasil.

Utilizando da tese de doutorado do Ulisses Neves Rafael, “Xangô rezado baixo: um estudo da Perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912”, menciona sobre o Euclides Malta citado aqui anteriormente. Euclides Malta foi o governador de Alagoas durante o século XX e fazia parte da associação civil Liga dos Republicanos Combatentes, os quais foram acusados de participarem da “operação quebra-quebra” que destruiu a maior parte das casas de cultos de Maceió²⁴.

Levando isso em consideração, dentro da elite alagoana existem pessoas na grande política do estado que participaram efetivamente das impetuosidades que ocorreram na época da escravidão. Ainda, descaracterizar tudo o que o foi vivido pelos escravizados em sua totalidade, homenageando essas pessoas, acaba por

²⁴ Rafael, Ulisses Neves. Xangô rezado baixo: Um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912/ Ulisses Neves Rafael. - Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004.

invisibilizar a importância da negritude e engrandecendo o tipo de atitude que tiveram.

Vale salientar que, como o autor Danilo Luiz Marques defende em sua tese, as resistências negras desde a época escravocrata lutaram para combater a escravidão²⁵. Reconhece-los como sujeitos históricos, atribuindo as suas vozes ativas e suas memórias, é constatar a luta sob suas conquistas. Pensar que em relação os monumentos, citados anteriormente, que homenageiam pessoas que tiveram participação nas práticas escravocratas e o porquê delas terem uma posição de "salvadores da sociedade" é entender a cultura hegemônica realizada pela branquitude.

“A virada do século XIX para o XX se caracterizou pelo advento das teorias europeias a respeito das populações não brancas, época em que se intensificava o imperialismo no continente africano. Dessa maneira, desenvolveram-se estudos “que acabavam por enquadrar as populações acima dentro de um modelo de análise que as classificavam como sendo de alguma forma inferiores” (SILVA, 2014. p.23) à parcela branca da população mundial.”²⁶

Partindo desse conceito, podemos analisar de que as atribuições dos períodos e das participações ocorridas dentro da história precisam necessariamente ser designadas dentro da historiografia, preservando assim a memória de um povo que, majoritariamente, foi visto como inferior.

A forma de repressão causada pelo imperialismo deu origem ao racismo sistêmico praticado pela branquitude. Ocultar a parte da narrativa histórica onde, de fato, a negritude conquistou direitos através de suas lutas, é perceber que a história oficial é manipulada em favor da aclamação da branquitude.

Dentro do contexto de um país que cresceu explorando a mão de obra escravizada, se tem o dever histórico de incluir o povo negro dentro da narrativa da construção do Brasil, e principalmente de como este é hoje, partindo de uma perspectiva que a ex-capitania de Pernambuco, atualmente Alagoas, tinha uma rota

²⁵ MARQUES, Danilo Luiz. Sob a "Sombra" de Palmares: escravidão e resistência no século XIX. São Paulo: E-Manuscrito, 2020.

²⁶ MARQUES, Danilo Luiz. Entre a Abolição da Escravidão e o Quebra de Xangô: Cultura e Sociabilidade Negra em Maceió (1880-1910). 10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, [S. l.], 13 maio 2021. p. 1-13.

utilizada frequentemente para o desembarque dos navios negreiros, que traziam escravizados da África e que havia constante circulação deles onde hoje é a cidade de Maceió. Apesar disso, existe uma falta do enaltecimento do povo negro dentro das representações em monumentos históricos presentes, em específico, na cidade de Maceió.

Determinando isso, estabelecemos a importância de possibilitar princípios efetivos que possam preservar os monumentos históricos em homenagem ao povo negro e também uma política de preservação para que estes elementos continuem fazendo parte da cultura de Maceió e ainda preservando a memória. A fim de caracterizar as contribuições fornecidas por eles e de analisar a memória histórica do povo negro no Brasil, para que dessa forma a sua história continue sendo contada por eles.

São poucos os monumentos históricos que levam nomes de representatividade a memória do povo negro dentro de Maceió, junto a isso se tem também o pouco conhecimento sobre a quem pertence os nomes dados a eles. Pois, a história oficial invisibiliza seus protagonismos.

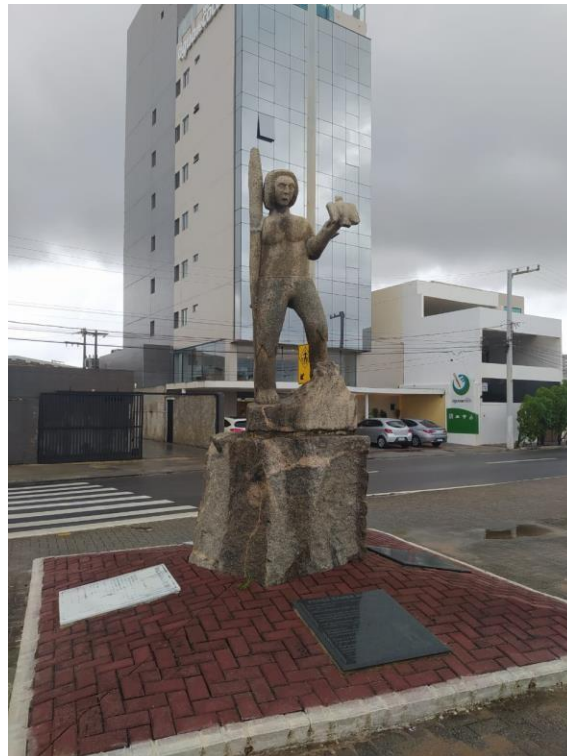
Se tratando disso, a Praça Ganga Zumba que localizada em Cruz das Almas, um dos bairros mais antigos da cidade de Maceió, em 1984 recebeu a estátua que homenageia o líder do Quilombo dos Palmares e foi inaugurada por José Bandeira e idealizada pelo militante negro Edson Moreira, então prefeito de Maceió²⁷. Em 2010 a praça passou por reforma, onde o monumento foi retirado e só retornou em 19 novembro de 2015, durante a prefeitura de Rui Palmeira quando sofreu pressão de movimentos culturais cobrando a volta do monumento para a praça²⁸.

Ainda, a estátua criada para praça foi esculpida numa pedra e foi executada de um jeito simples e abstrato, pois não tem a forma nítida do corpo de um homem. Ela também parece segurando em uma das mãos uma lança e na outra um passarinho. Além de não representar uma figura de imponência, que seria característica de líder do quilombo, que lutou pelo seu povo, as feições presentes no rosto da mesma não representam traços de pessoa.

²⁷ TICIANELI, Edberto. Cruz das Almas dos coqueiros cruzados. [S. l.], 3 jan. 2017. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/cruz-das-almas-dos-coqueiros-cruzados.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

²⁸ TICIANELI, Edberto. Cruz das Almas dos coqueiros cruzados. [S. l.], 3 jan. 2017. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/cruz-das-almas-dos-coqueiros-cruzados.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

Figura 7 - Praça Ganga Zumba, em Cruz das Almas.



Fonte: autoral (2023)

Próximo monumento que também representa a cultura negra alagoana e que representa a memória do povo negro é do Moleque Namorador, que está posicionado na Praça que leva o mesmo nome. O local leva esse nome por causa de Armando Veríssimo Ribeiro, um alagoano nascido na cidade de São Luís do Quintunde no dia 11 de junho de 1919. Famoso por ser um grande passista nos carnavais de rua durante o século XX e também participou de Concurso de passos, foi pandeirista, sambista, tocador de reco-reco e batuqueiro²⁹.

No decorrer da prefeitura de Sandoval Caju, ele oportunizou uma condecoração ao passista implementado uma praça no bairro da Ponta Grossa, na Rua Paissandu, onde se interligam cinco ruas. Para ali, o prefeito instaurou uma estátua, no estilo moderno, de um passista que segura um chapéu e um guarda-chuva de frevo para representá-lo.

O monumento é feito em uma estrutura de ferro, sem nenhuma memória que de fato que represente a figura física de Moleque Namorador. Além disso, é

²⁹ TICIANELI, Edberto. Moleque Namorador, o rei do passo. [S. l.], 20 jan. 2016. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/moleque-namorador.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

necessário também perceber que não há sequer qualquer representatividade a negritude com esse monumento, pois foi desvinculada a qualquer característica do monumento, representando o passista de uma forma genérica.

E ainda, a estrutura de ferro foi colocada em cima de um “s” feito em concreto, que ocupa mais da metade do esqueleto da produção feita para homenagear Moleque Namorador. A letra geralmente utilizada em construções planejadas e executadas durante o mandato de Sandoval Caju.

A Praça Moleque Namorador foi inaugurada em 7 de setembro de 1961. Após isso, o prefeito de Maceió foi negativamente criticado pelo então vereador da época Rosalvo Siqueira, que foi contrário a sua decisão sobre a homenagem feita ao passista e, segundo o site História de Alagoas, ele disse "Eu sei que o senhor Prefeito colocou esse nome porque quer anarquizar nossa cidade. Quase todo mundo conhece bem a vida do Moleque Namorador. Era um rapaz que só vivia de farras fumando maconha"³⁰.

Figura 8 - Monumento da Praça Moleque Namorador, Ponta Grossa.



Fonte: autoral (2023)

³⁰ TICIANELI, Edberto. Moleque Namorador, o rei do passo. [S. l.], 20 jan. 2016. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/moleque-namorador.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

Colocando em questão o que foi dito pelo então vereador, se faz necessário uma análise do porquê dessa postura adotada por ele. O fato de ter frequentado manifestações culturais ou artísticas, onde grande parte da sociedade tem livre acesso, descredibiliza a manifestação para a grande elite.

Ainda assim, a Praça dos Palmares, que existe desde a construção de Maceió como cidade e nela, durante o período escravocrata século XVII ao XIX, existiu a comercialização de escravizados. O local recebeu esse nome por causa do Quilombo dos Palmares, que também fica em Alagoas, e é por esse fato que também está situado no mesmo local a estátua de Zumbi, que foi um dos grandes líderes.

A escultura foi feita por um nordestino, de Nova Jerusalém em Pernambuco, o Josenildo do Brejo Madre de Jesus e doado ao Professor Edson Moreira. Atualmente a Praça tem sido utilizada pelos Movimentos Antirracista para promover cultura e também manifestações religiosas.

Figura 9 – Monumento da Praça dos Palmares, Centro.



Fonte: autoral (2023)

Zumbi dos Palmares, representado no monumento, foi esculpido em pedra, em um formato também abstrato. Sem qualquer semelhança com uma figura

imponente, mais se assemelha a um personagem sofrido. Com uma de suas mãos erguidas num o punho cerrado, o monumento é composto ao seu redor por concorrentes quebradas.

Não podendo deixar de mencionar também o monumento feito em homenagem a Mãe Preta, que fica na Praça Treze de Maio no bairro do Poço. A escultura foi inaugurada em 13 de maio de 1968 durante o governo de Divaldo Suruagy, mas com o planejamento antecipado de Milton Pessoa³¹.

A escultura é uma imagem de uma mulher preta que aparece segurando uma criança. Ela simboliza as amas de leite, que durante a época em que os corpos negros eram escravizados, as mulheres negras eram usadas para alimentar os filhos dos senhores escravocratas da casa grande.

Essas mulheres, por fazerem esses serviços para seus senhores, perdiam a oportunidade de dar o seu colostro aos seus filhos. O colostro sendo a fase mais importante do aleitamento materno por conter a maior quantidade de nutrientes, era cedido aos filhos dos donos de escravos.

Assim como o autor Danilo Luiz Marques cita na obra “Sobreviver e Resistir”, os escravizados homens eram trazidos a Maceió para trabalhar em obras públicas, serviços domésticos ou como “escravos de ganho” nas ruas da cidade. Já no caso das mulheres, efetuavam diversas atividades pelo fato de serem atribuídas a múltiplas tarefas da rotina, de forma que a maior parte envolve cuidados com a casa³².

³¹ FILHO, José Bilu da Silva. Praça Treze de Maio: Lei Municipal: 291 - 23/06/1953 - Antiga Praça Mãe Preta. [S. l.].Disponível em: <http://www.bairrosdemaceio.net/ruas-maceio/praca-treze-de-maio-poco>. Acesso em: 16 jun. 2022.

³² MARQUES, Danilo Luiz. Sobreviver e resistir: os caminhos para a liberdade de escravizadas e africanas livres em Maceió (1849-1888). [S. l.]: Nova Letra, 2016. p.14.

Figura 10 - Estátua da Mãe Preta, Poço.



Fonte: autoral (2023)

A imagem da Mãe Preta hoje não está num bom estado de conservação, já mostrando marcas do tempo e já não apresentando as cores originais. É uma das únicas estátuas presentes na cidade de Maceió com características negras.

O monumento de representatividade a mãe preta também tem uma placa em sua estrutura com os dizeres "*Os maceioeses a mãe preta pêlo muito que devemos a ela*".

Ceder o seu aleitamento materno ao filho da casa grande foi um dos ofícios prestados pela mulher negra durante a escravização. De fato, muitos filhos da elite dominante cresceram com o aleitamento da mulher negra. Porém, esta era impedida de dar condições melhores aos seus próprios filhos em detrimento do filho da casa grande.

Além disso, o monumento colocado pela elite substituindo ama por mãe preta romantiza a função desempenhada pela mulher negra durante a escravidão. Seu corpo era utilizado, de forma forçada, para alimentar os filhos de quem as coagia. Sem qualquer forma de escolha.

Fomentar a discussão sobre a visibilidade negra existentes nos monumentos

presentes em Maceió é também discutir a existência deles dentro da narrativa histórica. Dar visibilidade nos monumentos públicos negros, para que as questões patrimoniais os incluam nas referências da cidade, é questionar a homogeneidade imposta pela branquitude.

4 O MOVIMENTO NEGRO EM AÇÃO

Com o intuito de se apropriar dos monumentos criados e nomeados pela elite dominante, mesmo que homenageie a negritude, ressignificando a história que é contada por eles foi criada uma cartilha que busca disseminar a história desses patrimônios presentes na cidade de Maceió.

A criação de uma cartilha idealizada pelo movimento negro, denominado Instituto do Negro de Alagoas (INEG), tem o intuito de dar visibilidade ao protagonismo da população negra alagoana marginalizada. Essa mesma população que fez parte ativamente da construção do espaço que é a cidade de Maceió.

"Busca visibilizar as experiências das populações marginalizadas que participaram e participam ativamente da constituição espacial dessa cidade seja nos grandes centros de moleques carnavalescos a poetas, de amas pretas a figuras mitológicas, de zumbi a Dandara"³³

O planejamento dessa cartilha, intitulada "Espaços de Memória Negra em Maceió", teve origem na constatação dos ataques direcionados a população negra que sofre com isso mesmo séculos do pós-abolição. Também, para chamar atenção ao abandono desses monumentos que sofrem com a degradação causada pelo tempo e sem manutenção para manter o patrimônio.

A cartilha, como definida pela organização, trata-se de alguns pontos da cidade que são em referência a pessoas negras e foi criada com a intenção de serem disponibilizadas em escolas públicas. Composta por contexto histórico e fotos desses monumentos, a cartilha difunde a história de representatividade para a população, dialogando diretamente com quem o lê.

Além dos monumentos já citados nesse trabalho anteriormente, eles acrescentam nessa cartilha a Praia da Sereia que faz alusão ao símbolo afro-brasileiro. Com referência a Iemanjá, o monumento de metade mulher e a outra metade peixe têm por volta de quatro metros de altura e foi feita por José Corbiniano Lins em concreto. Foi colocado no Mirante da sereia por volta de 1964, após a pavimentação entre Maceió e Paripueira.

³³ Espaços de memória negra em Maceió/Instituto do negro de Alagoas - INEG/AL; organizado por Mariana Marques, Jeferson Santos, Marcelo Ferreira Marques, Paulo Vitor de Oliveira. - Maceió: Instituto do negro de Alagoas, 2022. p.7.

Do mesmo modo, a Praça Unidos do poço, localizada no bairro do poço, conta a história da escola de samba do Grêmio recreativo da Escola de Samba Unidos do Poço. Fundada em 22 de novembro de 1961, ela dá representatividade à comunidade Negra daquele bairro, pois é localizado num dos bairros marginalizados da parte baixa de Maceió e a maior parcela dos moradores é negra. Além disso, é a escola de samba mais antiga em atividade de Alagoas.

Também, o monumento jangadeiros alagoanos que faz referência a quatro jangadeiros alagoanos, com o intuito de regulamentar a pesca como profissão, realizaram uma travessia de Alagoas até o Rio de Janeiro, capital do Brasil na época. Os pescadores Umbelino, Eugênio, Pedro e Joaquim faziam parte do movimento social dos pescadores, onde maior parte dos integrantes eram negros. O monumento se trata de uma Jangada construída em madeira e localizado na Praia de Pajuçara em 1923, mas precisou ser reconstruído em 1974 e 2018 por se deteriorar com o tempo.

A Praça Carlos Paurílio, também citada na cartilha, faz referência a Carlos Malheiros da Silva, um poeta e integrante da vida literária da cidade de Maceió durante os anos 1920-1930. Em 8 de outubro de 1953, no bairro da ponta grossa, uma "extensão de terra desocupada" ³⁴ ganhou o nome do poeta e após isso permaneceu sem nenhuma referência a ele, como homem negro, ou ao que ele representou para a cidade.

A elaboração dessa cartilha mostra apropriação, feita pelo movimento, negro da sua própria história. Apesar de os monumentos terem sido executados pela elite branca, é através da luta do movimento negro que se adquire a existência desses patrimônios.

Também, a cartilha contribui com a visibilidade dos monumentos de memória Negra, mapeando e com textos rápidos de fácil compreensão, produzindo o material mais abrangente sobre esses patrimônios. Dessa forma reafirmando o imediatismo da causa Negra, tirando do passado inacessível.

³⁴ Espaços de memória negra em Maceió/Instituto do negro de Alagoas - INEG/AL; organizado por Mariana Marques, Jeferson Santos, Marcelo Ferreira Marques, Paulo Vitor de Oliveira. - Maceió: Instituto do negro de Alagoas, 2022. p.45.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi apresentar a problemática do silenciamento negro, que a partir de aspectos históricos, contribui para o aumento do racismo no Brasil. Nesse sentido, resgatar a memória da negritude e a representatividade em espaços públicos é de grande importância para a luta contra o racismo, pois permite que a pauta antirracista seja mais difundida.

Com base na narrativa histórica da colonização do Brasil, nota-se que o desenvolvimento historiográfico pertence e é contado por quem tem o domínio do poder, nesse caso pela branquitude. Essa abordagem estabelece a invisibilidade da memória da negritude dentro da narrativa da História oficial e de tal forma que descaracterize os personagens ativos.

Na cidade de Maceió, há monumentos em referência a memória negra, porém essa fração de patrimônios acaba por serem invisibilizados do contexto social. Trazer esse debate para dar visibilidade a esses monumentos que são patrimônios do estado é fundamental, não só para memória Negra, mas para a História da cidade.

No decorrer desse trabalho podemos constatar que a escravidão trouxe danos à população negra, os estigmatizando como inferiores. Porém, ainda é um problema atual, mesmo sendo iniciado durante a colonização. O racismo diminui, estigmatiza e reduz não só os corpos negros, mas toda a sua vivência e a memória ferindo a sua luta e participação no processo histórico.

Retirar o negro do passado, para dar destaque à participação dentro da narrativa histórica e fomentar o diálogo sobre a invalidação dentro do processo histórico, é reafirmar a atualidade da sua causa. Este trabalho busca, também, tornar compreensível que os espaços públicos em referência à memória Negra contribuem, de forma positiva, para esse debate.

Nesse sentido, é fundamental constatarmos que de fato há uma necessidade em preservarmos a memória da negritude, para que possibilite o diálogo sobre o racismo sistêmico e a opressão estrutural. Afinal, prestar homenagens e engrandecer a elite branca é também um ato político que influencia diretamente na narrativa da história oficial.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O Jogo da Dissimulação: abolição e a cidadania negra no Brasil**; Wlamyra R. de Albuquerque - São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Espaços de memória negra em Maceió/ Instituto do negro de Alagoas - INEG/AL; organizado por Mariana Marques, Jeferson Santos, Marcelo Ferreira Marques, Paulo Vitor de Oliveira. - Maceió: Instituto do negro de Alagoas, 2022.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968. v. 42.

JUNIOR, Felix Lima. **Maceió de Outrora**. [S. l.]: Graciliano Ramos, 2014. v. 1.

MARQUES, Danilo Luiz. **Entre a Abolição da Escravidão e o Quebra de Xangô: Cultura e Sociabilidade Negra em Maceió (1880-1910)**. 10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, [S. l.], 13 maio 2021.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sob a "Sombra" de Palmares: escravidão e resistência no século XIX**. São Paulo: E-Manuscrito, 2020.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sobreviver e resistir: os caminhos para a liberdade de escravizadas e africanas livres em Maceió (1849-1888)**. [S. l.]: Nova Letra, 2016.

RAFAEL, Ulisses Neves. **Xangô rezado baixo: Um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912**. Ulisses Neves Rafael. - Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e o poder da construção da branquitude paulistana**. Lia Vainer SCHUCMAN; orientadora Leny Sato. São Paulo, 2012.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Michel-Rolph Trouillot; tradução de Sebastião Nascimento. – Curitiba: huya, 2016.

Sites

EPISTEMICÍDIO e o silenciamento do passado: combatendo o racismo historiográfico: Mesa de Encerramento do 12º Encontro Nacional de História e 1º Encontro Internacional de História da UFAL - "Genocídios na História: passados, presentes, futuros".. [S. l.], 2021. Youtube: @cphisufal Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wMnwQpuUMEU&list=PL0WdIH5sYp1O67MTL3rKOVJpr0TC6dli>. Acesso em: 14 out. 2022.

FILHO, José Bilu da Silva. Praça Treze de Maio: Lei Municipal: 291 - 23/06/1953 - Antiga Praça Mãe Preta. [S. l.]. **Bairros de Maceió**. Disponível em: <http://www.bairrosdemaceio.net/ruas-maceio/praca-treze-de-maio-poco>. Acesso em: 16 jun. 2022.

FERREIRA, Sthefane. Rodrigues, Niviane. Prefeito JHC entrega Praça dos Palmares, no Centro, totalmente reformada. Maceió, 15 dez. 2021. **Correios do Município**. Disponível em: <https://www.correiosmunicipios-al.com.br/2021/12/prefeito-jhc-entrega-praca-dos-palmares-no-centro-totalmente-reformada-novo-espaco-agora-conta-com-acessibilidade-iluminacao-e-estatua-de-zumbi-dos-palmares-o-prefeito-de-maceio-jhc-entregou-dest/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

RODRIGUES, Elaine. Memorial à República é inaugurado em Maceió. [S. l.], 15 nov. 2005. **Alagoas 24 Horas**. Disponível em: <https://www.alagoas24horas.com.br/831344/memorial-a-republica-e-inaugurado-em-maceio/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **MEMORIAL À REPÚBLICA**. [S. l.], 2022. Cultura Alagoas. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/institucional/espaco-da-secult/memorial-a-republica/historico>. Acesso em: 21 jun. 2022.

TICIANELI, Edberto. Cruz das Almas dos coqueiros cruzados. [S. l.], 3 jan. 2017. **História de Alagoas**. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/cruz-das-almas-dos-coqueiros-cruzados.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

TICIANELI, Edberto. História da Praça D. Pedro II. Maceió, 10 jul. 2015. **História de Alagoas**. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-da-praca-d-pedro-ii.html>. Acesso em: 3 jun. 2022.

TICIANELI, Edberto. Moleque Namorador, o rei do passo. [S. l.], 20 jan. 2016. **História de Alagoas**. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/moleque-namorador.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

TICIANELI, Edberto. Praça Visconde de Sinimbu, antigo ponto de travessia do Riacho Maceió. [S. l.], 25 jun. 1918. **História de Alagoas**. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/praca-visconde-de-sinimbu-antigo-ponto-de-travessia-do-riacho-maceio.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

TICIANELI, Edberto. Praça Deodoro e os monumentos em homenagem ao marechal alagoano. [S. l.], 2 jun. 2017. **História de Alagoas**. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/praca-deodoro-e-os-monumentos-em-homenagem-ao-marechal-alagoano.html>. Acesso em: 9 jun. 2022.

